



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 19 de dezembro de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Amazonas já arrecadou R\$ 9,4 bi em tributos federais só neste ano.....	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO EDITORIAL.....	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO A desburocratização das obrigações tributárias	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO ' Vanessa Grazziotin não passa de Office-Boy de Braga"	4
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO ' Vanessa Grazziotin não passa de Office-Boy de Braga" (continuação)	5
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Tributos	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Testagem.....	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Guerra fiscal.....	8
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Importação.....	9
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Estratégia & Ação.....	10
EMPRESAS	
A CRITICA sim & não	11
OPINIÃO	
A CRITICA Fucapi beneficia 12 mil pessoas	12
CIDADES	
AMAZONAS EM TEMPO Contexto	13
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS Congresso dá adeus a 2011 sem previsão de reajuste para Judiciário	14
POLITICA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Brasil e Argentina devem reduzir importações fora do Eixo Mercosul	15
ECONOMIA	

Amazonas já arrecadou R\$ 9,4 bi em tributos federais só neste ano

Entre janeiro e novembro, os tributos federais arrecadados no Estado do Amazonas somaram R\$ 9,437 bilhões contra os R\$ 8,069 bilhões acumulados em igual período do ano anterior, acréscimo

de 16,95%. Somente em novembro, o Estado arrecadou R\$ 924,81 milhões em tributos federais, 9,40% a mais na comparação com novembro do ano passado. O montante representou 47,55% do total arrecadado na 2ª

Região Fiscal - Região Norte, exceto o estado de Tocantins -, segundo dados divulgados ontem pela DRF/Manaus (Delegacia da Receita Federal em Manaus). O conselheiro titular do Corecon-AM, Francisco de Assis

Mourão Júnior, explica os dados da delegacia de Manaus que informam que tributos que indicam faturamento cresceram na composição do total arrecadado.

Página A5

EDITORIAL

Abandono do Distrito Industrial e falta de ação para melhorar

Uma das razões para a queda da economista Flávia Grosso da superintendência da Suframa foi o estado de abandono em que ficou o Distrito Industrial de Manaus, ao longo dos anos, o que motivou um convênio desastrado para a sua recuperação urbana, daí evoluindo

para a ação que ainda corre na Justiça contra a mesma.

Ontem, em reunião com empresários da Fieam, a questão da infraestrutura do DI foi colocada à mesa pelo deputado federal Pauderney Avelino (DEM), que declarou ser “inadmissível que a área que movimenta a economia local e que é relativamente pequena esteja naquelas condições, com ruas intrafegáveis”.

O parlamentar amazonense destacou que está trabalhando pela aprovação de emenda, inclusa no plano plurianual, no montante de R\$ 160 milhões, para serem aplicados na recuperação das vias de tráfego, instala-

ção de rede de fibra ótica, rede de distribuição de gás e outras obras infraestruturais necessárias ao Distrito Industrial.

Não é a primeira vez que se debate a questão, porém, o andamento dos planos e sua efetivação em realidade ficam sempre para depois, enquanto outros Estados, do Sul ao Nordeste, criam seus distritos industriais e oferecem gratuitamente às empresas interessadas toda essa infraestrutura e falta ao polo do Amazonas.

É necessário, sim, força política e mais ação da bancada federal do Amazonas, mas também é preciso que os cuidados com a casa não sejam relegados.

A desburocratização das obrigações tributárias

Vagner Jaime Rodrigues

Até que enfim uma boa notícia para os contadores. A Receita Federal decidiu simplificar as atividades desse profissional, tão requisitado nos dias de hoje, eliminando algumas obrigações acessórias, cujas informações o órgão já tem disponibilizado via entrega dos diversos SPED's (Sistema Público de Escrituração Digital).

A iniciativa tem seu lado positivo, já que

retira e simplifica a burocracia tributária. Só que, por outro lado, traz algumas preocupações para o empresário, como a Receita passar a ter – via SPED – todas as informações detalhadas das diversas operações e movimentações fiscais realizadas pelo contribuinte. As informações serão enviadas online, todo mês, e podem e serão confrontadas com os dados que os fornecedores e clientes

também enviarão.

Onde está o problema e a preocupação? No passado, quando da entrega de uma obrigação acessória, como a DIPJ (Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica), dispúnhamos de um tempo para preparar, analisar, confrontar com os registros contábeis e auditar por empresa especializada. Ou seja, se algum erro de escrituração ou registro dos eventos fosse feito de maneira incorreta, poderíamos acertar para evitar contingências fis-

cais no futuro.

E agora, temos somente um caminho a seguir: revisitar toda a parametrização dos sistemas operacionais, garantindo qualidade nos seus cadastros bases; revisitar todos os fluxos documentais, garantindo, assim, qualidade nas informações entregues via SPED; revisitar todos os procedimentos internos, de modo que as informações sejam imputadas dentro do prazo correto e de maneira a evitar contingências fiscais.

Os contadores e empresários devem urgentemente revisitar todos os procedimentos e fluxos administrativos e financeiros, garantindo, por um lado, qualidade nos dados que serão repassados ao Fisco, buscando instalar pontos de controle que mitiguem qualquer risco fiscal e, assim, agilizando e reduzindo os custos operacionais.

Na verdade, a iniciati-

va da Receita Federal reduz a burocracia. Porém, exige uma preocupação maior com os procedimentos administrativos e financeiros. Os empresários devem buscar rapidamente ajuda para ter um auxílio nesse novo procedimento advindo da decisão tomada pelo órgão federal, e os contadores devem qualificar-se para atender a essa nova demanda de mercado.

VAGNER JAIME RODRIGUES é mestre em contabilidade, sócio da Trevisan Outsourcing e professor da Trevisan Escola de Negócios.

'Vanessa Grazziotin não passa de Office-Boy de Braga'

POR POR JUSCELINO TAKETOMI,

ESPECIAL PARA O JJC

Ao criticar o desempenho da bancada federal do Estado no Congresso Nacional, o deputado estadual Marcelo Ramos (PSB) diz, em entrevista ao *Jornal do Commercio*, que o Amazonas, além de "vítima do bipartidarismo paulista", é

vítima também da omissão da oligarquia que controla o poder no Estado desde 1983, incluindo o atual senador Eduardo Braga (PMDB-AM). Nesta entrevista, ele diz que o senador Alfredo Nascimento (PR-AM) vive sem capacidade de articulação em Brasília e a senadora Vanessa Grazziotin não passa de "Office-Boy" de Braga.

Jornal do Commercio – A Câmara dos Deputados aprovou, terça-feira passada, em segundo turno, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Música. A PEC concede imunidade tributária a produções fonográficas brasileiras (CDS e DVDs) com música de autores nacionais. E aí veio a choradeira, porque a PEC afeta gravemente a Zona Franca de Manaus. Por que a ZFM tem que chorar tanto?

Deputado Marcelo Ramos – Primeiro a gente tem que avaliar isso sob a lógica política, pra gente poder entender o quanto é nefasto para o país o bipartidarismo paulista. A PEC da Música é fruto de uma aliança construída entre o PSDB e o PT, o PSDB que apresentou a PEC e o PT, que mobilizou o Congresso Nacional para a votação da proposta. Infelizmente, nós temos dois partidos hegemônicos no país que pensam que o Brasil é São Paulo, que não conseguem elaborar uma política industrial que pense o Brasil como um todo, que pense na importância estratégica da Zona Franca de Manaus, não como um instrumento para o povo do Amazonas, mas como um instrumento para o Brasil, considerando

a questão da preservação da Amazônia, o desenvolvimento econômico e a questão da ocupação da região.

JJC – A ZFM não seria hoje um modelo de exceção superado, ainda mais com a globalização da economia e a política de produção nacional dos bens de informática?

MR – Nós temos que entender que o modelo de exceção parte de um princípio de equidade, de igualar os desiguais. O governo federal pode decidir que nós vamos fazer o que nós quisermos aqui na Amazônia, e aí ninguém precisa de Zona Franca, vamos explorar a indústria madeireira, vamos explorar a pesca, vamos explorar coisas predatórias como fez Rondônia, como fez o Acre, como faz o Pará. Vamos entender que a política de exceção não tem nada a ver só com a questão macroeconômica, ela tem a ver com uma estratégia de desenvolvimento da nossa região.

JJC – A quem cabe a culpa pela atual situação da ZFM? Adianta jogar pedras apenas no governo federal?

MR – Nós temos que cobrar a conta de

'Vanessa Grazziotin não passa de Office-Boy de Braga' (continuação)

quem não transformou as riquezas geradas pela Zona Franca em instrumento potencializador de uma atividade econômica mais identificada com a nossa região. E quem foi que não fez isso? O mesmo grupo que governa este Estado desde 1983. Esse grupo governou e governa sem planejamento nenhum, sem aproveitar as riquezas geradas pelo boom da ZFM para criar uma outra alternativa econômica, sem criar a infraestrutura para que a ZFM seja competitiva, porque se ela tivesse um bom porto, um bom aeroporto, uma ligação rodoviária, energia barata e estável, internet barata e em boa velocidade, ainda que houvesse queda de arrecadação, a ZFM teria competitividade. Então, existem os responsáveis por isso.

JG – APEC da Música é uma parte dos problemas que afetam a saúde da ZFM. Como analisar a ZFM em relação à política industrial do Palácio do Planalto?

MR – Na verdade, um conjunto de medidas que vão deixando claro que no projeto de política industrial do governo federal não cabe a Zona Franca de Manaus, é a MP 517, MP 534, é a PEC da Música, é a mudança no PPB dos celulares, é a ameaça de ampliar os efeitos da MP 534 para televisores e celulares. Tenho conversado com alguns economistas e alguns empresários, e sinto que o cenário é muito preocupante.

JG – Que cenário é esse?

MR – Uma desaceleração do Polo Industrial de Manaus, o que tende a uma queda de receita do ICMS e o que tende a um aumento do índice de desemprego. A queda de receita do ICMS diminui a capacidade or-

a questão da isenção do Imposto de Renda para a área da Sudene, isto é, para o Nordeste inteiro produzir tablet. Gerou IR para a Samsung produzir tablet na Bahia, ele deve explicações, ele age movido por outros interesses econômicos que não os interesses do povo do Amazonas e do Polo Industrial de Manaus. O senador Alfredo Nascimento, por sua vez, não possui nenhuma capacidade de articulação em Brasília e a senadora Vanessa Grazziotin é uma espécie de Office-Boy do senador Eduardo Braga. Portanto, nós não temos nenhuma capacidade de reação no Congresso Nacional.

JG – Os políticos só batem palmas para o governo federal. E os empresários, porque não protestam?

MR – Sinceramente, me incomoda também o silêncio dos bons empresários comprometidos com a nossa região, o silêncio da indústria. Mas, sei que há uma parcela da indústria que é vinculada a São Paulo e está

“Esse grupo governou e governa sem planejamento nenhum. Sem criar a infraestrutura para que a ZFM seja competitiva. Então, existem os responsáveis por isso”

louca que aumentem os benefícios naquele Estado para ela fechar aqui em Manaus e migrar para lá. Ninguém vê nenhuma indústria de CD e DVD reclamando da política federal. O empresário desse segmento está doído pra fechar e mudar para São Paulo, tudo vai ser mais barato pra ele. E os empresários locais, que têm raízes fincadas na nossa região, também se calam por covardia, inclusive aqueles que possuem relações republicanas estabelecidas com o Governo em outros negócios.

JG – Então, vamos voltar para o ciclo da borracha?

MR – Pois é. Há que indagar: vamos voltar a exportar commodities para garantir lastro para a indústria paulista? Há essa questão que significa uma volta ao passado, ao ciclo da borracha. Nós exportamos commodities sem nenhuma agregação de valor, in natura, pra isso dar lastro à indústria paulista. Ora, isso não me parece razoável. Eu até disse no congresso do PSB que nós somos vítimas hoje de um bipartidarismo paulista e que nós não vamos combater isso criando um Partido do Nordeste, precisamos criar um Partido do Brasil, um partido que entenda a ZFM como um projeto estratégico para o país, que o combate à miséria no sertão nordestino é um desafio para o país e também que a preservação e a proteção da indústria, no Sudeste, da agricultura no Sul e da pecuária no Sul, tudo significam projetos para o país. Precisamos olhar o país como um todo.

“APEC da Música é fruto de uma aliança entre o PSDB e o PT. PSDB apresentou a PEC e o PT mobilizou o Congresso Nacional para a votação da proposta”

çamentária do Estado e o aumento do índice de desemprego aumenta as demandas sociais para o orçamento do Estado. Enfim, há o cenário de um Estado endividado, com queda de arrecadação e aumento das demandas sociais. Infelizmente, pouca gente está preocupada com isso, os empresários estão, a nossa bancada federal no Congresso Nacional não está nem um pouco, não está nem aí.

JG – Não acha estranho um senador nosso fazer aprovar projeto de lei no Congresso criando isenção de Imposto de Renda para os Estados do Nordeste produzirem tablets, em detrimento do nosso PIM?

MR – Eu só posso entender que por trás disso há motivos não republicanos, porque o senador Eduardo Braga ainda está a dever uma explicação para o Amazonas sobre

Tributos

Arrecadação federal cresce 16,9% no acumulado do ano

Montante ultrapassou R\$ 9,4 bilhões neste ano contra R\$ 8 bilhões no mesmo período do ano anterior

POR JULIANA GERALDO

Foto: Walter Mendes

Em novembro, o Amazonas arrecadou R\$ 924,81 milhões em tributos federais, 9,40% a mais na comparação com novembro do ano passado. O montante representou 47,55% do total arrecadado na 2ª Região Fiscal - Região Norte, exceto o Estado de Tocantins -, segundo dados divulgados ontem pela DRF/Manaus (Delegacia da Receita Federal em Manaus).

Também houve incremento no acumulado do ano. Entre janeiro e novembro, os tributos somaram R\$ 9,437 bilhões contra os R\$ 8,069 bilhões acumulados em igual período do ano anterior, ou seja, um acréscimo de 16,95%.

O conselheiro titular do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Francisco de Assis Mourão Júnior, explica que além de novembro ser, naturalmente, um mês de grande arrecadação provocada pelo aquecimento da economia, os dados da delegacia de Manaus informam que tributos que indicam faturamento cresceram na composição do total arrecadado.

Como exemplo, ele citou o Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que até novembro já contribuiu com 30,98% do total da receita federal do Amazonas. Só em novembro, a arrecadação do imposto cresceu 7,23% com R\$ 286,5 milhões. Já no acumulado, o incremento foi ainda maior - 21,09% sobre o mesmo período do ano passado com R\$ 2,751 bilhões arrecada-



Crescimento desses tributos reflete o bom ritmo da atividade econômica especialmente nas indústrias de equipamentos de informática, eletrônicos e óticos

dos.

O PIS/Pasep (Programa de Integração Social) também apresentou variação positiva. Foram R\$ 70,875 milhões, aumento de 7,50% sobre novembro de 2010. Até novembro, R\$ 691 milhões foram acumulados pelo imposto, cifra 17,65% superior à arrecadação do ano passado.

De acordo com a análise da DRF-Manaus, o crescimento desses tributos reflete o bom ritmo da atividade econômica especialmente nas indústrias de equipamento de informática, eletrônicos e óticos (crescimento de 9,42% na COFINS e de 6,16% no PIS) e na fabricação de equipamentos de transporte, exceto automóveis que cresceram 11,69% na Cofins e 11,64% no PIS.

Ao contrário, a arrecadação do IRPJ (Imposto

de Renda - Pessoa Jurídica) caiu 14,95% em relação a novembro do ano anterior e 2,97% na com-

Dados

Outros tributos

- Com R\$ 73,178 milhões em novembro, a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) apresentou um aumento tímido de 1,48% na arrecadação do mês e de 8,41% no acumulado do ano.

- O IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) registrou crescimento de 24,97% no comparativo com novembro de 2010, e 21,10% no confronto entre os montantes acumulados, causado por um aumento de R\$ 47 milhões na arrecadação sobre o trabalho assalariado.

- O IRPF (Imposto de Renda - Pessoa Física) cresceu 500,6% nos recolhimentos de ganho de capital em alienação de bens e direitos e 34,70% referentes ao 'leão'. Dessa forma, R\$ 12,625 milhões foram arrecadados em novembro e R\$ 139,49 milhões entre janeiro e novembro, acréscimo de 24,6% e 24,5%, respectivamente.

- Devido ao aumento do salário mínimo e à recuperação do trabalho formal no PIM, a receita previdenciária cresceu 18,70% em novembro e 17,54% no acumulado.

- O grupo 'outras receitas' apresentou aumento de 57,6% em novembro e de 112,52% na comparação dos acumulados de 2011 e 2010, sobretudo pelo aumento do 'Pagamento Unificado', que obteve crescimento de R\$ 8,8 milhões.

paração entre os acumulados de 2011 e 2010. E o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) que recuou 38,5% frente a novembro do ano passado e 15,10% no acumulado.

A principal causa, de acordo com os dados divulgados foi a menor arrecadação dos dois impostos nas fábricas de equipamentos de informática, eletrônicos e ótico e o decréscimo de 56,69% na arrecadação do IPI na fabricação de equipamentos de transporte, com exceção de automóveis.

O tributarista Hamilton Caminha esclareceu que alguns tributos em queda como o IRPJ incidem sobre a lucratividade das empresas. "Então podemos avaliar que o faturamento - valor que as empresas recebem pela venda dos produtos - segue aumentando, por isso o crescimento na arrecadação, mas a lucratividade, ou seja, o que sobra, depois do pagamento de funcionários e outros compromissos, tem sido menor, o que indica que a indústria apesar de manter o saldo positivo, está menos lucrativa esse ano do que em novembro de 2010".

Por dentro

Região Norte

A arrecadação da 2ª Região Fiscal foi de R\$ 1,944 bilhão em novembro, 12,03% maior do que no mesmo período de 2010. No acumulado do ano, arrecadou 19,827 bilhões, acréscimo de 20,42% na arrecadação federal.

Testagem

Laboratórios da Ufam irão servir ao PIM

Universidade federal recebeu do Estado e da União R\$ 2,1 milhões para a execução de projeto para criação de protótipos e testes de pré-certificação

EDVAN FLEURY

ESPECIAL PARA O JUC

A Ufam (Universidade Federal do Amazonas) inaugura em janeiro três laboratórios que prestarão serviços para as empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus). Dentre os benefícios oferecidos estão a criação de protótipos de gabinetes, checagem de rótulos em embalagens e teste para a pré-certificação de equipamentos que emitem radiação eletromagnética. A notícia dá um novo ânimo para o fortalecimento de novos produtos desenvolvidos no Amazonas.

O diretor do Ceteli (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Eletrônica e da Informação), órgão suplementar da Ufam, Cicero Costa, afirma

que a inauguração desse tipo de serviço no Estado, além de ser um impacto positivo para a indústria da região, possibilitará que alguns processos sejam feitos no próprio PIM.

"A partir de janeiro devemos começar a visitar as indústrias para apresentar esses serviços. Ainda não temos como calcular quantas empresas poderão ser atendidas pelos laboratórios", comentou Costa.

No caso do teste de pré-certificação de equipamentos que emitem radiação eletromagnética, o diretor do Ceteli explica que muitas empresas trazem os projetos já pré-aprovados de outros países. Como todos os produtos eletrônicos devem possuir esse tipo de certificação, as empresas acabam fazendo os testes no lugar de origem e com isto todos os projetos de adequação as normas técnicas, bem como a criação das novas tecnologias, ficam restritas fora da filial amazonense.

Já no laboratório de prototipagem será possível a confecção de moldes de gabinetes feitos em plástico poliuretano. A vantagem desse tipo de serviço é que a empresa terá um protótipo

fiel àquele que será usado no corpo do produto fabricado na linha de produção. O processo, apesar de ainda ser caro para a indústria, será uma vantagem, pois permitirá que a empresa ganhe tempo na confecção do modelo. Isso dá mais rapidez nas etapas de correção do produto antes de ser lançado no mercado.

Embalagens

O terceiro serviço oferecido é a análise de visão computacional. Explicando na prática, as empresas terão a disposição um laboratório onde caixas e embalagens poderão ser checadas nos mais variados critérios. Só para se ter uma ideia, é possível verificar se todas as informações impressas na superfície das caixas estão corretas ou, então, no caso de embalagens de bebidas, por exemplo, saber se o nível de líquido colocado está na medida correta.

No momento, dois dos três laboratórios estão aptos para o funcionamento e apenas o de compatibilidade eletromagnética, responsável pelo teste de pré-certificação, ainda não está em funcionamento. O problema deve-se a um dos



Foto: Walter Mendes

Novos laboratórios da Ufam vão permitir testes para a pré-certificação de equipamentos que emitem radiação eletromagnética e até para criação de protótipos a serem usados no PIM

equipamentos estar retido no posto da Receita Federal há cinco meses, segundo declaração do diretor do Ceteli.

Os recursos para a aplicação do serviço oferecido pela Ufam giram em torno de R\$ 2,1 milhões e vêm de incentivos da Financiadora de Estudos e Projetos (Fi-

nep), empresa pública federal, e da Fapeam (Fundação

de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas).

Dados

Serviços

As empresas interessadas em contratar os serviços podem entrar em contato com a sede do Ceteli através do telefone (92) 3305-4695.

Guerra fiscal

Governo quer redução do ICMS interestadual já em fevereiro

O governo federal pretende reduzir o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) interestadual a partir de fevereiro. Segundo o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, a proposta é baixar a alíquota do imposto para 2%, mas os estados sugerem um percentual próximo de 4%.

“A prioridade para a União é eliminar ou diminuir o espaço para a guerra dos portos. Nossa proposta é reduzir já a alíquota interestadual sobre importados a partir de fevereiro”, disse Barbosa, após reunião do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), em São Paulo.

O ICMS interestadual incide quando uma mercadoria é produzida (ou importada) por determinado estado e vendida em outro. O estado de origem recebe a alíquota interestadual e o estado de destino, onde a mercadoria é consumida, fica com a diferença entre a alíquota interestadual e a alíquota final.

Alguns estados abrem mão de parte do imposto interestadual como forma de incenti-

var, com a desoneração fiscal, a atividade nos portos. Dessa forma, os produtos importados desembarcam com preços melhores, uma vantagem competitiva em relação aos produtos nacionais. Com

O governo estuda criar um fundo de apoio para os Estados que perderão receitas com a redução do ICMS interestadual, segundo o secretário Nelson Barbosa

ICMS interestadual mais baixo, os estados que adotam essa prática terão menos espaço para incentivar a importação.

“Esses incentivos, apesar de fazer sentido em uma lógica regional por atrair receita e atividade para seus portos, para o Brasil como um todo têm um efeito negativo”, destacou o secretário.

A proposta do governo, em tramitação no Senado, não irá alterar o imposto final. Ape-

nas vai deslocar para o Estado consumidor a maior parte do ICMS. Assim, no caso de um produto cujo ICMS seja 18%, o estado produtor ou importador fica com 2% (segundo a proposta do governo) e o estado de destino com 16%. Essa alíquota de 2% é considerada baixa o suficiente para desestimular esse tipo de guerra fiscal entre unidades da federação.

De acordo com Barbosa, o governo estuda criar um fundo de apoio para os Estados que perderão receitas com a redução do ICMS interestadual. Atualmente, 12 estados oferecem incentivos à importação, entre eles, a redução da alíquota do ICMS.

Na reunião do Confaz, que tem a participação de todos os secretários da Fazenda dos Estados e do Distrito Federal, também foi assinado um protocolo para reduzir a zero a alíquota do ICMS que incide sobre a compra de trens e equipamentos de mobilidade urbana sem similar nacional, para incentivar os projetos de infraestrutura voltados à Copa do Mundo de 2014.

Importação

Receita fecha o cerco contra entrada irregular de calçados no país

A Receita Federal confirmou na sexta-feira o início da Operação Passos Largos para combater a importação irregular de calçados, como antecipou na última quarta-feira (14) a Agência Brasil. Operações parecidas estão sendo planejadas para os setores ótico, de pneus e de

brinquedos, considerados problemáticos pelo Fisco e por fabricantes nacionais.

O primeiro setor a ter o controle das importações intensificado foi o de produtos têxteis e vestuário, com a Operação Panos Quentes 3, que começou em agosto e foi finalizada na última

sexta-feira.

Para operacionalizar a Operação Passos Largos, a Receita Federal assinou convênio técnico com a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), que permitirá a troca de informações entre a entidade.

Estratégia & Ação

NILSON PIMENTEL

Cenário Amazonas - o futuro se constrói agora III

Como todos sabem, o mundo passa por grandes mudanças e transformações e, o estado do Amazonas não poderá ficar alheio às peculiaridades desses tempos de construção de novos paradigmas, não mais se poderá permanecer nesse marasmo que até hoje se vive, pois o que mais chama atenção dos especialistas e de grande maioria da sociedade, ser um estado com grandes riquezas, ser dotado de grandes potenciais econômicos em seu imenso espaço territorial e, possuir um povo pobre e paupérrimo, vivendo em meio a essa riqueza. Não se concebe como se vive em meio a inabilidade para gerir seus próprios destinos, mesmo tendo por base de sustentação econômica um rico e vantajoso o PIM (Polo Industrial de Manaus) que há quase meio século sustenta toda essa inépcia à gestão pública moderna, proativa que mantenha o mínimo de capacidade inovativa de gerir um estado potencialmente dotado de recursos naturais que são passíveis serem transformados em riqueza. Se não é isso que se constata nessas ultimas cinco décadas, as causas são outras, que salta aos olhos e que todos conhecem a corrupção.

Chega! Este momento é tempo propício para pensar numa gestão pública moderna, que renove o papel do

Estado e sua relação com a sociedade, que busque um desenvolvimento econômico regional viável, em que o aproveitamento econômico das dotações naturais potenciais, seja precedido das técnicas do planejamento econômico estratégico que resulte em projetos e ações voltados a processos de desenvolvimento econômico regional. É chegada a hora da virada desse governo estadual com a mudança na Seplan (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico) demonstrar que 'é possível planejar economicamente o Estado do Amazonas, através do sistema de gestão pública matricial por sub-regiões em que o estado está dividido.

Como identificado pelos especialistas, retomar a prática do planejamento econômico estratégico na gestão pública e um grande desafio para o novo gestor da Seplan, pois se precisa ter a dimensão dos espaços territoriais municipais, as funções econômicas que eles representam em face da convergência inversa com a capital-metropole e as necessidades de considerar um espaço urbano alargado, no caso constituído por diversos municípios, inclusive aqueles que não fazem parte da RMM (Região Metropolitana), tendo como objetivo efetivo uma nova unidade de organização político-administrativa, considerando os centros sub-regionais como unidades-coordenadoras da matriz

estabelecida para cada uma das nove (9) sub-regiões do estado e, que favoreça a nova extensão dos Incentivos Fiscais da Zona Franca de Manaus para a RMM, objetivando resultados necessários de coordenação das po-

Terá a Seplan um novo propósito de propor um modelo de gestão governamental que se baseie no estabelecimento de estruturas

líticas públicas direcionadas, tendo em vista, as tentativas de alargamento dos benefícios da ZFM aos espaços municipais e a um número crescente de pessoas que se precisa melhorar a qualidade de vida intermunicipal.

Terá a Seplan um novo propósito de propor um modelo de gestão governamental que se baseie no estabelecimento de estruturas em rede matricial para implementação de programas voltados ao desenvolvimento econômico regional, de forma que essa denominação matricial proposta no sentido estrito, uma vez que os elementos deste modelo (metas de desenvolvimento, programas, organizações e recursos alocados) constituem as dimensões que se relacionam em diversos pontos, conformando uma matriz

multidimensional organizada da gestão pública.

Tratar-se-á de se sobrepôr à estrutura governamental, predominantemente, mecanicista, novas estruturas matriciais que atuem em rede, com formas orgânicas voltadas para resultados.

Por outro lado, nesse momento de transição estrutural da economia brasileira que afeta as atividades do PIM, o governo do Amazonas precisa re-estruturar a atual Legislação dos Incentivos Fiscais do ICMS, pois o momento requer posicionamentos de inteligência competitiva e maior participação política com poder de negociação, e não o caráter fiscalista em cima das atividades dinâmicas do Polo Industrial, assim como, essa retomada do planejamento econômico estratégico do Amazonas, através do novo gestor da Seplan, deverá concorrer, via gestão política, em conjunto com a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), junto ao governo federal (Ministérios pertinentes, principalmente o MDIC - Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio, MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia), para decisão no estabelecimento de um modelo de gestão para o CBA (Centro de Biotecnologia

do Amazonas), decidindo maior participação do Governo do Amazonas na gestão do CBA, primordial aos processos de desenvolvimento econômico regional.

Por outro lado, autoridades estaduais não possuem competência para estabelecer Política Econômica, via instrumentos econômicos, Política Fiscal, Política Monetária e Política Cambial, frente ao impacto acarretado por produtos importados no mercado brasileiro e que afeta a demanda por produtos oriundos do PIM, se deve procurar outros mecanismos inteligentes que estejam afetos a área estadual.

Com isso procura-se viabilizar os apelos do governador do estado quanto ao direcionamento de recursos das empresas incentivadas do PIM para Pesquisa & Desenvolvimento & Inovação Tecnológica aqui no estado do Amazonas. Com essa nova concepção de gestão pública de governo matricial aqui endereçada pretende-se resolver duas principais categorias de problemas que afetam significativamente a capacidade do governo estadual em alcançar resultados de desenvolvimento econômico regional: a baixa e insuficiente condição de implementação e a fragmentação das ações públicas.

NILSON PIMENTEL é economista, engenheiro, administrador, consultor de empresas e mestre em economia pela FGV (Fundação Getúlio Vargas)

sim & não

Sabino é o mais faltoso de 2011

Se o ano legislativo de 2011 terminasse hoje, o deputado Federal Sabino Castelo Branco (PTB) seria o mais faltoso da bancada federal do Amazonas na Câmara. Ele faltou a 41 das 107 sessões deliberativas realizadas até o início desta semana, o equivalente a 38,3% do total. O menos faltoso até agora é Pauderney Avelino (DEM), que faltou a apenas 5,6% das sessões. Sabino é também o deputado que mais tem faltas sem justificativa entre os parlamentares amazonenses. De suas 41 ausências, 8 sequer foram justificadas.

Gazeteiro 1 Para piorar ainda mais a situação do parlamentar do PTB, Sabino também é o "campeão", entre os deputados amazonenses, de faltas a sessões das comissões das quais ele faz parte. Até o cenário é ainda pior. Ele faltou a 30 das 56 sessões, o equivalente a 53,6%.

Gazeteiro 2 A coluna tentou contato telefônico com o deputado federal Sabino Castelo Branco (PTB) para esclarecer o motivo de tantas faltas, mas ele não atendeu às chamadas. Quem sabe ele o faça, amanhã, se for à Câmara dos Deputados?

Música O deputado federal Henrique Oliveira (PSD) contestou, ontem, a informação publicada pela coluna de que ele não teria participado da votação da PEC da Música, no

último dia 13 de dezembro. Ele sustenta que esteve no Plenário no dia da votação.

Votos A coluna apurou, junto ao site da Câmara dos Deputados, que Henrique até esteve no Plenário no dia da votação, mas que, ou ele não votou, ou ele não teve os votos computados pelo sistema computadorizado da Câmara. Segundo o portal, Henrique não votou contra (nem a favor) a PEC que praticamente acabou com o polo de CDs e DVDs de Manaus.

Meta Já se diz em Brasília que a nova investida do grupo das "luluzinhas" (grupo de senadoras e ministras) é a nova ministra do STF, Rosa Weber. Ela já é dada como certa para o próximo encontro da turma da qual a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) é uma das

integrantes.

Paz O presidente do TJAM, João Simões, vai levar ao Pleno um projeto para a criação de 80 vagas para juízes de paz para atuarem no Interior do Estado. A meta é aprovar a matéria no Pleno e encaminhar para a Assembleia.

Balança Nos bastidores, comenta-se que a criação dos novos cargos no TJAM está na "corda bamba" do Executivo. Isso porque no último semestre, o Judiciário e o governador Omar Aziz (PSD) andaram se "estranhando".

Brecha Quem também está de olho na abertura de mais vagas é o Ministério Público do Estado. O procurador geral de Justiça, Francisco Cruz, diz que em junho do ano que vem, o

déficit no interior Estado deverá ser zerado, mas que um novo concurso para promotores vai precisar ser feito.

Agenda E mesmo negando que será candidato à reeleição, Amazonino Mendes (PTB) segue sua agenda de pré-candidato. Ontem, ao inaugurar a Cidade da Criança, deixou escapar: "Podem esperar, este ano (2012) será de muito mais obras", disse.

Errata A coluna publicou ontem, de forma equivocada, as fotos da diretora do Detran-AM, Mônica Melo, e do secretário de Estado de Segurança Pública, Roberto Vital na seção Sobe e Desce. Na verdade, as fotos deveriam ser do comandante geral da PM, Almir David, e do Delegado Geral da Polícia Civil, Mário César Nunes.

PINGA FOGO

✖ Os moradores das imediações da Cidade da Criança aprovaram a inauguração da obra. As ruas do entorno foram recuperadas para a tão esperada data. Os trabalhos pré-inauguração se estenderam por toda a madrugada do último domingo (18) com operários e caminhões.

✖ Turistas que aproveitaram o final de semana para conhecer as praias da margem direita do Rio Negro estão preocupados. A quantidade de lixo e desordem encontrada na praia do Açutuba já ameaça a beleza do paraíso "recém-descoberto".

✖ Ainda sobre o turismo do outro lado da ponte, moradores da Vila do Paricatuba reclamam do abandono do local e afirmam que, com algum investimento, a vila poderia atrair mais turistas.

Fucapi beneficia 12 mil pessoas

Mais de 12 mil pessoas foram beneficiadas com a doação de 27 mil quilos de alimentos, além de brinquedos, roupas e fraldas, que foram arrecadados durante mais de 1 mil horas de trabalho voluntário de colaboradores da Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (FUCAPI), que durante três meses disputaram o Prêmio Fucapi Solidária.

Durante dois meses e meio, divididos em três equipes, os funcionários arrecadam doativos, numa disputa saudável entre o Departamento de Tecnologia, Departamento de Educação e a Presidência, as três grandes áreas que envolvem todos os setores da Fundação.

O prêmio, implantado em 2008, é composto por quatro modalidades de arrecadação, onde cada item corresponde a uma pontuação. Uma das modalidades é a atuação voluntária, onde os funcionários ministram cursos e palestras educativas, participam de oficinas de geração de emprego e renda, oficinas recreativas, atuam como mães ou pais do coração, e contribuem nas outras atividades da rotina das instituições filantrópicas.

“Essa é a parte que mais envolve os funcionários, que dedicam uma parte de seu dia de trabalho para exercer a solidariedade diretamente nas instituições”, diz a coordenadora de Responsabilidade Social da FUCAPI, Yvânia Gabriel.

Contexto

PEC DA MÚSICA

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) deixou escapar, na última sexta-feira (16), durante almoço com jornalistas, que achava que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Música não iria encontrar resistência para ser aprovada no Senado.

SEM 'BRIGA'

Segundo Vanessa, não tem como "brigar" com os "grandões". Alguns especialistas garantem que a PEC da Música vai prejudicar o emprego de 5 mil pessoas na Zona Franca

de Manaus (ZFM).

DESFILIAÇÃO

O vereador Luiz Alberto Carijó (PDT) entrou com um pedido de desfiliação por justa causa e, como o PTB não aceitou alegando que ele descumpriu uma determinação partidária durante as eleições para presidência da CMM, ele elencou testemunhas e apresentou atas das reuniões que não deixavam a determinação clara.

TESTEMUNHAS

As testemunhas são Roberto Jefferson Monteiro Francisco, presidente nacional do PTB, e Wilton Lira e Dênis Almeida dos Santos, vereadores eleitos pelo PTB. O TRE-AM não entendeu o motivo de Carijó querer convocar o presidente nacional do partido para algo relacionado a uma decisão municipal.

a ação será indeferida e ele pode responder por infidelidade partidária.

PROJETO

O vereador Waldemir José (PT) pretende protocolizar, hoje, projeto de lei tornando obrigatório o funcionamento de todas as linhas do transporte coletivo até 2h, durante o Natal e o final do ano, no período de 15 a 30 de dezembro.

INICIATIVA

O petista quer institucionalizar e tornar lei uma iniciativa da Associação dos Lojistas do Amazonas Shopping e aceita pela Superintendência Municipal de Transportes Urbanos (SMTU) de estender o horário do transporte coletivo, em Manaus, durante a semana que antecede o Natal.

Congresso dá adeus a 2011 sem previsão de reajuste para Judiciário

▼ Relator do Orçamento tende a seguir orientação do Planalto e ignorar pedido de aumento

FOTO José Cruz/ABr/11/09/11

BRASÍLIA

Avotação da proposta orçamentária para 2012 é o principal destaque da última semana dos trabalhos legislativos no Congresso em 2011. O relator do projeto, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), ainda busca entendimento com o Planalto e parlamentares, da base e da oposição, para que o orçamento seja aprovado até a próxima quinta-feira, data que antecede o início do recesso parlamentar. Parte dos congressistas pressiona o relator a incluir na previsão orçamentária o reajuste para servidores do Judiciário, proposta descartada pela presidente Dilma Rousseff.

A resistência do Executivo em relação ao pedido do Judiciário ameaça estremecer a relação entre os dois poderes, segundo parlamentares.

No plenário da Câmara, as sessões desta última semana legislativa devem ser reservadas a debates. No Senado, o governo corre contra o relógio para votar, em segundo turno, a proposta de emenda

PAUTA

1 No Senado, uma das prioridades nesta semana é a votação da prorrogação da DRU em segundo turno.

2 Na Câmara dos Deputados, a expectativa é pela votação, na comissão especial, do projeto da Lei Geral da Copa, que já teve votação adiada.

constitucional que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU). O mecanismo, que expira em 31 de dezembro, permite ao governo usar livremente uma parcela maior do orçamento pelos próximos quatro anos.

Já aprovada pelos deputados e, em primeiro turno, pelos senadores, a chamada PEC da DRU é considerada prioritária pelo Planalto como forma de manejar, como lhe for conveniente, cerca de R\$ 62 bilhões. No primeiro turno, o texto recebeu o apoio de 59 dos 81 senadores. Outros 12 votaram contra.

Além da movimentada Co-



MAIS GASTOS
Governo quer evitar impacto do reajuste para o Judiciário, que seria de R\$ 9,9 bilhões

O relator do orçamento, **Arlindo Chinaglia**, deve apresentar relatório da proposta orçamentária para 2012, na quarta-feira

missão Mista de Orçamento, outras comissões também têm reunião marcada para analisar propostas polêmicas esta semana. Os senadores da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por exemplo, devem discutir a reforma administrativa do Senado, o projeto de Lei do Ato Médico e o Estatuto da Juventude. Prometida há dois anos e meio co-

mo resposta à crise que se abateu sobre o Senado após a descoberta dos atos secretos, a reforma administrativa patina desde então, frustrando mesmo alguns dos senadores que se envolveram no processo, como o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que, sobre ela, chegou a dizer que o Senado "é o avesso do avesso do avesso".

Na Câmara, a expectativa é pela votação, na comissão especial, do projeto da Lei Geral da Copa. A votação foi adiada, na semana passada, por causa de desentendimentos entre ministros do governo Dilma, o relator, Vicente Cândido (PT-SP), e a Fifa. Como mostrou o Congresso em Foco, ao menos quatro pontos do texto tiveram que ser modificados às pressas.

Brasil e Argentina devem reduzir importações fora do Eixo Mercosul

Os governos de Brasil e Argentina pretendem reduzir as importações de produtos industriais de países de fora do Mercosul - principalmente asiáticos e europeus - e aprofundar o intercâmbio bilateral, sobretudo em momentos de crise econômica internacional. Este foi um dos pontos fortes de um encontro realizado há cerca de dez dias entre o Ministro da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior do Brasil, Fernando Pimentel, e a ministra da Indústria argentina, Débora Giorgi.